Manifesto sobre o direito à vida no 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

10 de dezembro de 1948 a 10 de dezembro de 2018

Premissa

A Declaração Universal dos Direitos Humanos interveio no final de três décadas terríveis caracterizadas por dois conflitos mundiais com dezenas de milhões de mortos, devastações materiais e morais e no início de uma guerra, chamada ‘fria’ porque não declarada mas em andamento com o possível uso de armas destrutivas ainda mais poderosas. A Declaração estabelece as premissas para uma paz duradoura quando recorda o “reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis, como base da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Não confia a paz à força das armas, mas a um “ato da mente” que é o reconhecimento da dignidade inerente – isto é, intrínseca – de todo ser humano. A violação dos direitos humanos continuou em muitas guerras locais, com dimensões mais ou menos extensas, na agressão do terrorismo, na rejeição da recepção dos pobres e das vítimas da fome e da violência. Ainda mais grave é a recusa em reconhecer a dignidade dos seres humanos que são os menores e os mais pobres: os filhos concebidos e ainda não nascidos. Não é possível resignar-nos aos milhões de abortos realizados com o apoio do Estado e ao número incalculável de seres humanos eliminados no contexto das técnicas de fertilização in vitro. Além disso, o vício da reivindicação atual de uma parte do feminismo – propagada por poderosos lobbies internacionais – considera o aborto como um “direito humano fundamental”, como se o movimento correto de libertação das mulheres de uma minoria fosse inaceitável, o social e a família encontram sua conclusão e alcançam seu ápice com o direito de reprimir seus filhos. Por ocasião da celebração dos direitos humanos, é necessário focalizar a reflexão em dois pontos: a identidade humana do concebido – parte da família humana – e a maternidade como sinal de amor à vida, particularmente expressa pela gravidez.

1. A identidade humana do concebido. A ciência moderna e a razão provam que o filho concebido é um ser humano e, portanto, o detentor da dignidade humana como qualquer outro ser humano. Existem muitos documentos que demonstram a plena humanidade do concebido. Aqui basta recordar, do lado italiano, as repetidas opiniões do Comitê Nacional de Bioética e do julgamento constitucional n. 35 de 10 de fevereiro de 1997. Para justificar publicamente a destruição de embriões, ninguém se atreve a negar a identidade humana do concebido, mas se concentra apenas na condição feminina com uma ambiguidade de linguagem que esconde a verdade, falando sobre ‘saúde sexual e reprodutiva’, ‘mulher’ e não ‘mãe’, de ‘interrupção voluntária da gravidez’ ou 'Ivg' em vez de aborto, e invocando uma espécie de ‘direito’ à autodeterminação em relação à criança (que se expressa em rejeitá-la com o aborto se não for bem-vinda e qualquer custo com a chamada “procriação medicamente assistida” ou com “maternidade substituta”, se ela não chegar. A convicção de que o concebido não é um ser humano, não é um filho, mas é apenas um amontoado de células, apaga a coragem inata da mulher solteira de aceitar uma gravidez difícil e inesperada. A experiência dos Centros de apoio à Vida e daqueles que trabalham a serviço da vida nascente e das mães em dificuldade, por outro lado, comprova que a consciência da identidade humana do concebido é o maior elemento de prevenção do aborto, porque convida à partilha de problemas, despertando a coragem inata da mãe e o amor espontâneo pelo filho. Consequentemente, o debate público deve centrar-se na identidade humana do concebido, tanto pela sua força argumentativa como pela sua eficácia preventiva capaz de salvar vidas humanas, especialmente quando o aborto é privatizado e tornado possível através de produtos químicos que podem ser assumidos no próprio lar. (Ru486 e a chamada “contracepção de emergência”). É evidente que a defesa da vida nascente é confiada principalmente à consciência individual, mas a consciência precisa, de algum modo, ser “iluminada”.

2. Meditação sobre maternidade e a gravidez. A misericórdia e o acolhimento em relação às mulheres que recorreram ao aborto – muitas vezes induzidas a recorrer a isso a partir de circunstâncias externas e contra a sua verdadeira natureza e vontade – deve ser um ponto fixo. No entanto, não podemos deixar de notar que o impulso para a legalização do aborto como “direito” deriva, em primeira instância, de um certo feminismo que, depois de reivindicar com igual dignidade a população masculina, também exige igualdade de maneira grosseira. no que diz respeito à geração de filhos, esquecendo-se assim da prerrogativa exclusivamente feminina que torna as mulheres naturalmente privilegiadas em relação aos homens, cujas figuras masculinas e paternas devem, no entanto, ser valorizadas na dimensão da responsabilidade e do indispensável envolvimento relacional. No entanto, apesar da representação da mídia, a cultura que, em nome das mulheres e de seus direitos, reivindica o “direito ao aborto” reúne apenas uma minoria de mulheres. A grande maioria deseja ou atinge a maternidade. A gravidez, indispensável porque o ser humano nasce e, portanto, porque a sociedade existe e tem um futuro, é caracterizada por três signos que colocam o carimbo do amor na vida humana. Em primeiro lugar, a gravidez sempre envolve uma modificação do corpo feminino, muitas vezes é acompanhada de desconforto e termina com a dor do parto. A mulher aceita tudo isso com uma coragem instintiva. Em segundo lugar, o crescimento da criança no ventre da mãe (“dualidade na unidade”) pode ser interpretado como um abraço prolongado por muitos meses. O abraço é um sinal de amor. É por isso que falamos sobre um privilégio feminino colocado a serviço de toda a humanidade. A terceira característica diz respeito à relação de cuidado do outro que a gravidez estabelece de maneira muito especial entre mãe e filho: pode-se dizer que o “gênio da relação”, muitas vezes atribuído à mulher, encontra a fonte naquele modelo primordial de relacionamento que estabelece-se com a hospitalidade natural do filho sob o coração da mãe. Em uma inspeção mais minuciosa, toda relação autêntica de cuidado (pensar no doente, no deficiente, no idoso) refere-se àquela acolhida gratuita e àquele dom de si que agrada à mulher quando ela anuncia a criança que vive dentro dela. A meditação sobre a maternidade e a gravidez indica como meta do movimento de libertação a capacidade feminina de imprimir na humanidade o sinal do amor, que pressupõe, por sua vez, o reconhecimento do concebido como a maravilha das maravilhas, resultado de criação em progresso, uma flecha de esperança lançada em direção ao futuro, um de nós. Segue-se a urgência de uma nova presença feminina reconhecível que faz com que as mulheres falem e escutem em nome de sua maternidade realizada ou desejada.

Aqui, em ordem alfabética, está a lista de associações que aderem ao Manifesto (entre parênteses, o nome do presidente ou quem assinou em nome de cada realidade).

Aigoc (Giuseppe Noia)

Alleanza cattolica (Marco Invernizzi)

Associação Agata Smeralda (Mauro Barsi)

Associação católica de agentes sanitários (Fabrizio Celani)

Associação Comunidade Papa Giovanni XXIII (Giovanni Paolo Ramonda)

Associação difendere la vita con Maria (Maurizio Gagliardini)

Associação Donum Vitae (Paolo Marchionni)

Associação Faes – Famiglia e scuola (Giovanni De Marchi)

Associação Family day – Comitê defendemos nossos filhos (Massimo Gandolfini)

Associação Insieme per te (Vincenzo Saraceni)

Associação italiana amici dei bambini-Aibi (Marco Griffini)

Associação italiana Ginecologistas e Obstetras Católicos –

Associação italiana pastoral da saúde (Giovanni Cervellera)

Associação italiana Psicólogos e psiquiatras católicos (Tonino Cantelmi)

Associação médicos católicos italianos (Filippo Boscia)

Associação nacional famílias numerosas (Mario Sberna)

Associação nacional San Paolo Itália (Giuseppe Dessì)

Associação Patto Ethic Live (Italia Buttiglione)

Associação Risveglio (Francesco Napolitano)

Associação Ciência & Vida (Alberto Gambino)

Centro italiano feminino (Renata Natili Micheli)

Centro studi Livatino (Mauro Ronco)

Confederação italiana Centro de regulação natural da fertilidade (Giancarla Stevanella)

Confederação nacional Misericordie d’Italia (Roberto Trucchi)

Copercom - Coordenação de associações para comunicação (Massimiliano Padula)

Editora Punto Famiglia (Giovanna Abbagnara)

Federação europeia médicos católicos (Vincenzo De Filippis) Fatebenefratelli - Ospedale San Giovanni Calibita (fra' Pascal Ahodegnon)

Fundação Il cuore in una goccia – Defesa vida e proteção da saúde materna e fetal na gestação (Anna Luisa La Teano, Angela Bozzo)

Fundação Ut vitam habeant (Elio Sgreccia)

Fórum social e de saúde (Aldo Bova)

Fraternidade Arca di Nazareth (Fulvio Mannoia e Annamaria Barrile, cônjuges)

Paolo VI (Alfredo Pontecorvi)

LiFE-Libertà Famiglia Educazione

Movimento dos Trabalhadores Cristãos (Carlo Costalli)

Movimento Per – Politica etica responsabilità (Olimpia Tarzia)

Movimento pela Vida italiano (Marina Casini Bandini)

Noi Per (Gianni Silvestri)

Nuovi Orizzonti (Chiara Amirante)

Oeffe - Orientação familiar (Giorgio Tarassi)

Ordem Franciscana Secular da Itália (Paola Braggion)

Pro Vida (Toni Brandi)

Projeto Família (Marco Giordano)

Renovação no Espírito Santo (Salvatore Martinez)

Cientistas e tecnólogos para a ética do desenvolvimento (Pierfranco Ventura)

Semi di pace (Luca Bondi)

Sermig - Arsenale della pace (Ernesto Olivero)

Sociedade Italiana de Bioética e os Comitês de Ética (Francesco Bellino)

União de farmacêuticos católicos italianos (Piero Uroda)